

Reflexões para uma política na arquitetura ¹

Sérgio Ferro

Introdução

- 1 1 – A crise da arquitetura é um assunto que tem preocupado insistentemente os debates especializados. Entretanto, se ninguém a nega, estamos ainda muito longe de sua compreensão. Por isso mesmo, é inadmissível deixar de iniciar um processo rigoroso no tratamento dessa questão, ainda mais que a formulação das condições para a formação dos arquitetos está subentendida: a visão impressionista e a metodologia laxista não conseguirão dar resultados válidos. Sem dúvida, a enorme complexidade das relações pouco nítidas entre a arquitetura, a produção e o consumo da construção, justificam o atraso na tomada de consciência. Mas se a irracionalidade da atividade arquitetural parece ser, hoje em dia, objetivamente exigida pelas condições da produção em geral, no nosso sistema, não há dúvida que somente a fria e radical racionalidade poderá desvendar as raízes dessa exigência aberrante.
- 2 2 – Sem pretender esgotar o assunto, uma abordagem rápida sobre algumas tensões contraditórias que determinam atualmente a arquitetura mostrará que essas raízes têm diferentes origens, internas e externas. À exceção de alguns casos marginais, poder-se-ia sinteticamente separar os aspectos dominantes da produção material da ‘indústria’ da construção:
 - a. divisão muito grande do trabalho, cada operário desenvolvendo somente uma parte das atividades tradicionais;
 - b. emprego de instrumentos simples manipuláveis por um só indivíduo;
 - c. poucas máquinas utilizadas em tarefas auxiliares, que exigem muita energia concentrada e nenhuma máquina operatriz;
 - d. organização da mão de obra em equipes hierarquizadas, cada operário seguido de inúmeros serventes;
 - e. finalmente, a totalização do trabalho não se exterioriza materialmente na produção, mas depende de um grupo de dirigentes, mestres, contramestres etc., mistura de guias e fiscais.
- 3 3 Esse conjunto de fatores aproxima a produção da construção da manufatura, separando tecnicamente o estágio histórico da construção enquanto produção, seja em relação à cooperação simples e o artesanato, seja em relação à indústria. A

1 Este é um "programa para formação de arquitetos" encomendado pela Escola de Arquitetura de Grenoble, na qual Sérgio passaria a ser professor a partir de 1972 (ver *Arte em Revista*, n.4, 1980, pp. 95–99).

manufatura da construção possui traços específicos que a distinguem de outros tipos de manufatura. Frequentemente, entretanto, ela é confundida com outros processos de produção. Porém a presença dominante da força de trabalho impede qualquer confusão; na verdade é o operário coletivo, formado por um grande número de operários parcelados, que constitui seu mecanismo específico. Mas no interior da forma dominante da manufatura, outras formas secundárias aparecem e nós encontramos sinais da produção artesanal, das cooperações simples, e da indústria. De qualquer maneira, as maiores modificações na manufatura da construção podem ser resumidas na passagem quase horizontal da manufatura serial (em regiões subdesenvolvidas como o Brasil) à manufatura heterogênea (mais desenvolvida na França). A correlação complexa desses fatores é, entretanto, peculiar a esta produção.

- 4 3 – Esta caracterização técnica é confirmada por dados econômicos. Por exemplo, na França — onde a produção é mais desenvolvida — o capital variável (salários) na manufatura da construção é superior em trinta por cento (1966) em relação aos outros setores já industrializados. O número de operários qualificados é inferior em quatorze por cento. À frágil mecanização corresponde um baixo índice de salários (85 contra 100 em outros setores) — 110 é o índice de duração do trabalho em 1970, e 130 a taxa de exploração do trabalho. Assim, a uma frágil composição orgânica do capital e taxas de lucro mais elevadas, corresponde um atraso no processo de desenvolvimento das forças produtivas; o caráter estruturalmente conservador da empresa; a resistência à inovação do operário qualificado da manufatura criada pelo modo de desvalorização de sua força de trabalho; a deformação do consumo que a própria manufatura cria; a propriedade vária do solo, seu retalhamento, negócios etc. Para explicarmos um fenômeno tão comum e anormal, se considerarmos a necessidade crescente de espaço construído, devemos procurar uma causa mais geral: a necessidade patológica do sistema, que importantes setores da produção sejam mantidos em situação de atraso tecnológico para frear temporariamente a queda estrutural da taxa de lucro provocada pela industrialização. É evidente que este problema pode ser resolvido nas metrópoles com a transferência de responsabilidade na coleta de uma considerável massa de valor aos países subdesenvolvidos. Mas essa transferência, que já está acontecendo, é lenta, difícil e problemática. É por isso que um grande cuidado é exigido nos projetos de industrialização da construção, essa última não estando ainda completamente realizada, mesmo nas metrópoles mais desenvolvidas. Tal é a situação dos meios de produção que o arquiteto manipula, determinada e superdeterminada pelas contradições centrais da economia política contemporânea. E o papel da arquitetura, esse componente superestrutural evidentemente frágil em face de necessidades inexoráveis do capital, está objetivamente determinado. A técnica que o arquiteto conhece (por hipótese),

aquela que permite soluções ideais (se supomos que elas existem), não é aquela que encontra na produção: a pressão onipresente da rentabilidade imediata e maximizada dá à técnica atrasada uma configuração de ineficácia e de baixa qualidade. A mediação conflitante dos negócios, no caso da manufatura, é responsável pela inércia das forças produtivas, pela conduta estereotipada, pelo know-how imutável, e pela exploração violenta da força de trabalho. O arquiteto tem tendência a atribuir a responsabilidade a fatores secundários, na medida em que leis irracionais ou quase obscuras existentes, sob o ritmo cego de operações concretas, tornam-no incapaz, muitas vezes, de detectar com clareza os disfarces do poder que domina. Quase sempre favorável à técnica em abstrato, seu discurso não é suficiente para esconder um desconhecimento e um desprezo na prática — o que é reforçado objetivamente pelas formas muitas vezes obtusas das técnicas aplicadas, vítimas também da mesma tirania. Uma falsa dicotomia se estabelece e desabrocha entre a arte e a técnica. A arquitetura, então, faz sobressair exageradamente seus traços irracionais (a opção plástica, a escolha que vai além do conhecimento possível) por uma espécie de vingança ou compensação; transfigura assim os seus traços numa irracionalidade regressiva. Essa hipótese afasta a técnica ainda mais da arquitetura e reforça uma batalha deslocada, enquanto a verdadeira causa se mantém imune.

- 5 A falsa oposição entre a arquitetura e a técnica faz da produção um mistério para o arquiteto — e mesmo obstáculo. Doentia inversão: em vez de ser instrumento, mediação, as forças produtivas que dão corpo à realidade do projeto são percebidas como obstáculo; grosseira materialização onde se perdem as mais caras intenções. Porque é na produção material, na densa obscuridade da manufatura, que todos os conflitos tornam-se mais agudos, a arquitetura contornando a técnica e a técnica frustrando a arquitetura. Mas, como em todo o sintoma, sua natureza e sua localização dão uma indicação do conflito que foi transferido: pois a falsa oposição torna-se aguda no canteiro de obras, lembrando que a verdadeira contradição se estabelece entre as forças que impedem o desenvolvimento da força de trabalho, no lugar mesmo onde é apropriado.
- 6 Se técnica e arquitetura, atividades teoricamente convergentes, se chocam, dando origem a uma deformação mútua, essa aparência nos remete à essência que ela esconde: a irracionalidade da exploração, onde a violência se traduz tecnicamente na manutenção forçada de uma forma arcaica de produção.
- 7 4 – Uma transferência igualmente sintomática pode ser percebida em algumas proposições que procuram ultrapassar a ‘crise’: a industrialização, por exemplo. Seria suficiente fazer análise de textos daqueles que a propõem para tornar evidente seu caráter substitutivo: os cortes lógicos, as omissões significativas, são sinais evidentes de que o papel desse conceito, no pensamento dos arquitetos,

assume natureza mágica. Com efeito, uma mudança das forças produtivas não pode resolver antagonismos que estão localizados no interior das relações de produção. E como não ver que, segundo a visão de André Gunder Frank, existe um desenvolvimento do atraso, corolário mesmo, do desenvolvimento centralizado?

8 5 – Mas, se na produção os conflitos se multiplicam, o exame do produto mostra outras dificuldades não menores. Além das determinações exteriores à sua natureza e sua finalidade, que condicionam a vida e a forma de todo objeto no tempo de absolutização da administração de mercado, a particularidade da manufatura da construção impõe a seus produtos algumas características específicas. A habitação nesse caso é exemplar. Se lembrarmos: 1) da segurança que oferece a uma massa dada de valor sua imobilização em um produto de primeira necessidade, cuja oferta é cronicamente inferior à procura; e se juntarmos 2) o fato de que o capital empregado na sua produção tem uma fraca composição orgânica permitindo, assim, uma apropriação relativa de valor acrescido, e finalmente 3) se notamos que o produto unitário concentra uma grande massa de valor, deduziremos imediatamente a preocupação ostentatória e a importância da função ‘tesouro’ na habitação. Um jogo de ilusões com elementos muito interligados se eleva sobre bases objetivas de afirmação de ‘status’. Ora, a habitação, por ela mesma, é uma demonstração de posse de uma respeitável quantidade de dinheiro, o que é demonstrado ainda mais pelas suas dimensões, gosto e materiais. Mas, como o capital se amplia no canteiro de obras, o ‘status’ que podemos atribuir é superior àquele que o capital inicial permitia. Ora, o projeto é anterior à produção, portanto as necessidades às quais ele deve responder não são aquelas verdadeiramente vividas pelo usuário, mas são as necessidades que ele supõe ser aquelas do novo ‘status’ a atingir e definidas pelas rígidas convenções da ostentação. Como ostentação é representação, ela pode sempre aparentar mais que o reflexo exato permitiria e, como toda consciência em transição, fica raramente satisfeita com o nível possível e tenta alcançar outros ainda. As chamadas ‘necessidades’, no seu limite, são uma acumulação híbrida de regras não vividas superpostas às verdadeiras necessidades quase sufocadas. Além disso: como o ‘status’ pouco nítido tem por base a posse de uma massa de valor que é em parte coagulada na forma de concreto, toda utilização, então, deve ser restringida ao mínimo — e a assombrosa quantidade de trabalho que, dia após dia, é gasta em nome da limpeza, é encarregada de suprimir os sinais de utilização. Receando-se que a habitação se torne usada, limita-se o valor de uso. Grande quantidade de valor, concentrada em um objeto pouco utilizado (ou cujo uso é maniacamente apagado): é a definição do tesouro, cuja própria proximidade exige um esforço permanente de distanciamento.

9 6 – O arquiteto torna-se cômico nesse contexto: ele fala do uso, da utilidade, eficácia, racionalidade... mas a verdade do sistema não tem nada a ver com tudo

isso. Nas atuais condições de produção, a separação do fazer e do pensar (que continua mesmo após as correções impostas pela segunda guerra mundial ao ‘taylorismo’ radical) isolam o arquiteto no *brain-staff*.

10 Dentro de sua posição, ele impõe de modo necessariamente despótico sua vontade como eixo organizador da produção. Mas essa verdade é aquela que sua posição lhe atribui e cuja dimensão e objeto são claramente demarcados. Para ele é proibido tentar modificações profundas na produção: sua forma atual é a mais adaptada para a função já mencionada, e o produto é aquele exigido pela forma de consumo na situação presente. Entretanto, existe um pequeno detalhe, no nível da economia, cuja delicadeza exige todo o saber-fazer do arquiteto; é que, apesar da aparência, raramente é o usuário que efetivamente se apropria do valor produzido no canteiro de obras. Somente no caso em que o usuário é também o empresário. Em geral ele tem, com a habitação, o que ele tinha antes: ele somente realizou o capital-mercadoria do empreiteiro, quando o transformou novamente em capital-dinheiro. De fato, o valor econômico de que o usuário acredita ter se apropriado, é o empreiteiro que o substitui, de maneira sutil, por ‘valores’ sociais de representatividade: ‘saúde’, ‘bem-estar’, ‘beleza’ etc. — e a segurança da propriedade.

11 Para realizar esses inefáveis valores, o profissional da fantasia é o arquiteto. ‘Estética’, ‘arte’, ‘poesia’, ‘plasticidade’ etc. são os conceitos fluidos que dão a necessária aura aos resultados de tais caminhos e formas que escondem na aparência da coerência e da organicidade, não somente os deslumbramentos da ascensão social e da segurança, mas sobretudo a exploração mais violenta da força de trabalho. Os atos de fé progressistas não bastam para transformar a prática necessariamente favorável à manutenção de uma situação. Os arquitetos percebem de maneira difusa a má-fé — e como compensação tentam fazer passar seus esquemas, deduzidos da ideia de ‘homem em geral’. A posição autoritária acrescentada ao gênio que a priori eles devem ter, justificam algumas liberdades daquela figura especial na produção. Esses esquemas, desprovidos de realidade, abstratos, primariamente funcionais e mecânicos, não refletindo um projeto coletivo, dão muito mais a imagem daqueles que o fazem que do objetivo suposto; nada mais autoritário que tais proposições permitidas somente por uma posição privilegiada. A frustração dessas tentativas, que reforça mais que elimina a má-fé, dá origem a uma estereotipia ainda mais simplista, onde o formalismo fantástico esconde a angústia crescente.

Sobre o comportamento e a metodologia

- 12 Poderíamos resumir numa fórmula simples a ‘crise’ da arquitetura: o atual modo de produção arquitetural, inteiramente determinado pelo modo de produção em geral e pela mediação do modo de produção da construção, chegou aos limites de seu desenvolvimento possível.
- 13 Historicamente, as relações entre as dimensões estruturais e superestruturais de um sistema conhecem etapas diferentes. Após uma mudança social radical (no sentido exato) as novas relações de produção, que se organizam de modo coerente com a situação histórica das forças produtivas, impõem, de fora (exterior), configurações adequadas aos níveis superestruturais. Essas configurações impostas são interiorizadas por esses níveis, com a força da necessidade histórica, e desabrocham dando uma organização a todo campo coerente. É evidente que essas novas configurações não têm continuidade com as configurações imanentes dos períodos anteriores. Mas a partir dessa nova determinação exterior o desenvolvimento das necessidades imanentes, definido pela problemática emergente, segue, obrigatoriamente, o desenvolvimento social: o que se poderia ilustrar, bem esquematicamente, pela analogia de um isomorfismo estrutural. Essa harmonia, essa coerência, será mantida até o momento em que contradições antagônicas se manifestem na infraestrutura entre as relações de produção e as forças de produção, com a inevitável substituição da necessidade histórica pela violência e irracionalidade. A partir desse momento as dimensões superestruturais e infraestruturais se distanciam progressivamente: na superestrutura, uma espécie de inércia imanente do desenvolvimento segue direções que não são mais o reflexo do real, mas que mostram as potencialidades do sistema, abafadas pela presença dominante da violência e irracionalidade. Elas ‘refletem’ o possível negado pelo social. A radicalização das necessidades imanentes da superestrutura é a consequência da ausência de correspondência infraestrutural de tais desenvolvimentos. Essa radicalização explode muito rapidamente por tensão excessiva: então o campo superestrutural se desfaz em tendências, fragmentações, descontinuidades etc. Apenas uma nova orientação infraestrutural e uma mudança profunda nas relações de produção ultrapassadas e suas adaptações às potencialidades das forças produtivas fundamentais poderão originar e impor novas configurações às camadas superestruturais, imposição externa que deve ser interiorizada. Ora, não há dúvida possível: nós sabemos ou pressentimos que o atual modo de produção arquitetônico deve ser superado. O horizonte que a palavra arquiteto compreende se alarga na proporção de sua crescente indefinição como componente superestrutural em decomposição no período tardio do capitalismo. O fim desse modo de produção arquitetural que conhecemos e praticamos é inevitável. E mais: é desejável.

- 14 O mal estar não vem dessa decomposição, hoje mais próxima da farsa do que do drama — mas do vazio que resulta da necessidade de mudança social fundamental reclamada sob formas diversas. Somente a presença efetiva de uma outra situação produzirá a redeterminação esperada dos instrumentos sociais superestruturais — mesmo um novo saber e uma nova prática arquitetural. Não importa quão aleatória seja a tentativa de estabelecer um modelo no qual se possa garantir a adequação ao futuro — toda atitude conservadora não resistirá mais ao peso de sua própria má-fé.
- 15 Para nós, a dificuldade nasce dessa mesma equidistância: impossível a confiança ingênua numa racionalidade de conteúdo exclusivamente arquitetural no meio de uma irracionalidade estrutural — mas a configuração esperada é ainda obscura. Mergulhados no seio de uma passagem estrutural, o comportamento de passageiros (angustiadamente), inevitavelmente pouco tranquilo, exige exame e adequação.
- 16 Como em toda modificação importante, algumas precauções são fundamentais: a apreciação adequada do essencial da herança histórica, dos meios de produção (arquitetural) disponíveis e sua socialização; a crítica radical (que vai até às raízes) do modo de produção (arquitetura que deve desaparecer); a experimentação ampliada de novos modos de produção (arquitetural), guiada por probabilidades prospectivas variadas e não hipostasiadas, enquanto esperamos uma determinação posterior pela necessidade histórica emergente; atenção para não restringir a experiência e para guardar a disponibilidade ativa.
- 17 Somente a incorporação e um estudo cuidadoso das condições de mudança e daquilo que vivemos nos permitirá a formulação de alternativas para a paralisia e o mal estar atuais. A consciência das carências e tarefas de hoje virá da compreensão aprofundada da mobilidade estrutural presente.

As tarefas fundamentais

A – A apropriação dos meios de produção arquiteturais

- 18 A desagregação histórica de um sistema social provoca, inevitavelmente, o desaparecimento do impulso e da razão que mantinham sua superestrutura. O novo sistema emergente produzirá uma nova racionalidade, sem continuidade e à distância da presente: não há continuidade entre as dimensões superestruturais de sistemas sucessivos. Na passagem, a antiga configuração superestrutural resiste e se estratifica defensivamente numa ambiguidade amarga: ao mesmo tempo, de um lado, sua radicalização anterior mostra as potencialidades reprimidas no antigo sistema, pela violência e irracionalidade, fruto da manutenção de relações de

produção atrasadas, no que ela é progressista, e por outro lado sua própria inércia impede sua diluição necessária, no que ela é reacionária. O novo supõe a morte como condição de nascimento. “Na história, como na natureza, a podridão é o laboratório da vida”.²

- 19 Mas é preciso estar atento diante de uma simplificação habitual: a degeneração de uma forma não comporta nem exige a destruição simultânea de seus componentes. É provável que aconteçam transformações no âmbito dos componentes; apesar de tudo, as tensões no modo de produção arquitetural podem provocar deformações em seus componentes. Mas a transformação fundamental deve se fazer sobretudo no arranjo geral, no próprio modo de produção. E o que é muito importante para nós, essa transformação exige, como condição de sua possibilidade, a permanência dos componentes (no início pelo menos). A futura consciência será o desenvolvimento de uma reorganização do saber estabelecido e não a miraculosa criação de um saber completamente novo em cada detalhe. Numa linguagem menos imprecisa: um novo modo de produção (arquitetural) supõe a apropriação e a manutenção dos meios de produção desenvolvidos ou criados pelo modo de produção que desaparece. Todavia, se quisermos ser mais precisos, é a evolução desses meios de produção que exige o aparecimento de um novo modo de produção, na medida em que o antigo não responde mais às suas necessidades imanentes. Por exemplo, a socialização dos meios de produção arquiteturais, hoje submetidos à vontade autoritária do arquiteto tradicional ou da pequena equipe interdisciplinar, em função de sua posição na produção, não depende de boa intenção: ela está inscrita na racionalidade imanente desses meios de produção. O problema da definição e da compreensão dos meios de produção solicita abertura e exame conceituais: a seleção e a hierarquização atuais podem não corresponder à nova situação esperada.
- 20 ‘Nossa herança’, os meios de produção de que devemos nos apropriar, terá a forma de uma coleção de saberes, conhecimentos, de técnicas parciais, desestruturadas, destotalizadas. É nossa tarefa essencial acelerar essa dissociação se ela ainda não alcançou seus limites, decompor o modo de produção que envelhece. Toda veleidade de restauração se perderá no interior das condições práticas que apenas reproduzem o que queremos mudar. A atual situação da profissão não é anormal: é

² MARX, *Le capital*, v. 1, [1867] 1872-1875, p. 212.

“Dans l’histoire, comme dans la nature, la pourriture est le laboratoire de la vie.”

[NE] Marx acrescentou esta frase à versão francesa de *O capital*, de 1872, traduzida por M. J. Roy e “entièrement révisée par l’auteur” (inteiramente revisada pelo autor). Ela não existe em nenhuma das versões em alemão ou inglês. Ela é parte do capítulo “Maquinaria e grande indústria”, seguindo o argumento de que “a composição do pessoal operário por indivíduos de ambos os sexos e das mais diversas faixas etárias, que em sua forma capitalista, natural-espontânea e brutal — em que o trabalhador existe para o processo de produção, e não o processo de produção para o trabalhador —, é uma fonte pestífera de degeneração e escravidão, pode se converter, sob as condições adequadas, em fonte de desenvolvimento humano” (MARX, *O capital*, v. 1, [1867] 2017, p. 560).

exatamente o que deve ser nas circunstâncias atuais. Por esta razão, em cada caso, a racionalidade imanente dos meios de produção deve ser o único guia da explosão de uma totalidade. É necessário buscar os signos da objetividade nas totalizações parciais e homogêneas. Assim, o esfacelamento não deve nos preocupar, ao contrário, o momento negativo da falsa totalidade não pode coexistir com uma ligeira positividade.

- 21 Mas seria ilusório esperar que a pura racionalidade seja suficiente para vencer o que o uso prolongado, deformado e deformante, produziu. A isso é necessário associar a crítica radical e a prática modificadora.

B – A crítica do atual modo de produção arquitetural

- 22 O modo de produção é o que caracteriza mais o que conhecemos como arquitetura hoje e onde o sistema imprime de maneira mais clara suas marcas. Não há dúvida de que os meios de produção têm também sua importância mas, no que lhes diz respeito, poderíamos falar de desvio, enquanto o modo de produção está num estado patológico.
- 23 Não podemos classificar como desvio a conduta solitária do arquiteto na elaboração de seus objetos, cada vez mais destinados a grupos e produzidos concretamente por uma grande quantidade de operários e de técnicos diversos. Essa conduta é autoritária e violadora, predeterminada pelo sistema.
- 24 Desse modo, o que é necessário fazer com urgência é o aprofundamento voluntário da ruptura e abandono desse modo de produção arquitetural. Não existe nenhum remédio fácil ou imediato para essa crise (que não é a da arquitetura, o que seria uma abstração a-histórica, mas sim a do sistema e de sua arquitetura). A crítica radical é o nó fundamental da etapa contemporânea do pensamento arquitetural. As atitudes grotescas que compõem o exercício profissional devem sofrer uma intervenção áspera e imediata.
- 25 Mas toda crítica, mesmo radical, que não conduz a uma prática modificadora, é um exercício acadêmico de pouco interesse.

C – Ensaio dos novos modos de produção arquiteturais.

- 26 Como complemento e contraponto dessa consciência crítica que se esboça e da reorganização dos meios de produção a serem apropriados, devemos tentar novos modos de produção arquiteturais de forma sistemática. Hoje, há numerosas tentativas: por exemplo, imersão da arquitetura no meio social, desenvolvimento da *soft-technology*, programação de escritórios públicos etc. Favorecer, aumentar e sistematizar essas tentativas, ensaios, constitui a grande tarefa. O novo modo de

produção social (esperado) e o novo (ou novos) modo de produção arquitetural que serão decorrentes começarão mais facilmente se conhecermos antecipadamente algumas de suas necessidades; a indeterminação que existe ainda não impede a experimentação, desde que ela seja apenas variada e distante das fixações prematuras.

27 Essa experimentação, na nossa hipótese, não pode ser aleatória. Pelo contrário, a abertura do campo de possibilidades sobrecarrega toda escolha de uma maior responsabilidade. A multiplicidade de opções dá prioridade à consciência política. Não podemos afirmar que a apropriação socializante dos meios de produção arquiteturais não é mais problemática para nós. Não podemos nos comparar com operários que são capazes de tomar, com vantagem, o controle dos meios de produção. Até agora, não podemos apresentar nossa tarefa como cumprida sem má-fé ou simplificação grosseira e, do mesmo modo que não podemos prever o tempo de mudança, não podemos adiar sua preparação. É o único não, concreto, que não confunde a autoflagelação ingênua com o combate cotidiano que expropria, pouco a pouco, os instrumentos de dominação e os emprega na liberação.

28 O mais difícil, no início, é romper a totalidade fechada do sistema. De fato, o exercício atual da profissão compõe um universo de uma tal força e resistência que, apesar das enormes fissuras que o rompem, ele tem ainda uma estabilidade enorme. O maior perigo de toda tentativa de um novo modo de produção arquitetural é decair, além da aparência, no antigo modo de produção. A espontaneidade não é suficiente: para ir além, é indispensável análise racional e radical. O modo de produção (arquitetural) e sua ideologia dominam de uma tal maneira os diferentes níveis de existência profissional que nela mesma essa existência nos dirigirá ao que a faz tal como ela é. Assim, poderemos quase afirmar: a tentativa que não é seguida de uma conscientização crítica da situação presente, exaustiva e elaborada com rigor, não é uma tentativa, é um encontro renovado do já acontecido.

Conclusão

29 Todas essas considerações anteriores parecem excessivamente especulativas e negativistas mas contêm uma prática bem definida. Após as mudanças sociais fundamentais, a situação encontrada será, sob certos aspectos, muito semelhante àquela reinante antes do aprofundamento da crise. Teremos os mesmos meios e forças de produção, mutilados, talvez, pela própria crise e necessidades acrescidas pela possibilidade de manifestação efetiva. Mudarão apenas os objetivos sociais e o modo de produção.

30 Podemos, portanto, dizer que a visão e a prática racionais diante das questões atuais, contêm, necessariamente, os únicos componentes prospectivos, objetivos. Prospecção verdadeira = visão de hoje. É, portanto, em função de problemas reais apresentados hoje à arquitetura que os novos modos de produção arquitetural devem procurar soluções completas, respostas exaustivas. Sem essa perspectiva na revisão dos meios de produção, a crítica do modo de produção arquitetural atual teria pressupostos duvidosos.

Resumo

- 31 1. O atual modo de produção arquitetural, deformado e deformador, não pode servir como base de uma nova consciência da arquitetura, nem como guia da elaboração de um programa para a formação de arquitetos.
- 32 2. A atual situação de crise e de transição impõe uma conduta metodológica específica e experimental, composta de três etapas fundamentais:
- a. Preservar e aperfeiçoar os meios de produção arquiteturais.
 - b. Aprofundar a crítica radical do atual modo de produção.
 - c. Tentar, com um critério rígido, novos modos de produção arquitetural, na expectativa de uma determinação por um novo modo de produção social.
- 33 3. As verdadeiras necessidades atuais, se examinadas racionalmente, estarão na origem dos modos de produção arquiteturais novos, próximos possivelmente daqueles requeridos por um outro tempo.
- 34 Tais são nossas hipóteses de trabalho.